

**XV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU**

Desafios da Gestão Universitária no Século XXI

Mar del Plata – Argentina

2, 3 e 4 de dezembro de 2015

ISBN: 978-85-68618-01-1

**AS IMPLICAÇÕES DO MUNDO VIRTUAL NO MUNDO DO TRABALHO:
CIDADANIAS IMPEDIDAS?**

ROSANE AURORE ROMÃO JULIANO
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
rosaneauore@gmail.com

DENISE MEDEIROS RIBEIRO SALLES
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
denisesalles@id.uff.br

ANGELINE COIMBRA TOSTES DE MARTINO ALVES
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
angelinecoimbra@gmail.com

CAROLINE LINHARES DE SOUZA
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
caroline.puc@gmail.com

Resumo

Este artigo analisa a percepção de cidadania de servidores da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), relativamente à obrigatoriedade de utilizar-se das ferramentas do SIAPENET, sítio oficial de informações do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE), atualmente substituído pelo Sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal (SIGPEPE), para acessarem informações pessoais e funcionais, verificando suas principais implicações no ambiente organizacional. A pesquisa teve caráter qualitativo, com base na análise de discurso, e o aspecto comparativo esteve presente. Foram entrevistados 21 servidores em cada instituição, totalizando 42. Os resultados demonstraram que a inserção nesse ambiente organizacional, denominado aqui como espaço geográfico virtual, os servidores públicos estão atentos a relação e às implicações que ocorrem entre eles mesmos e nesse mundo virtual, referentes à vivência e à percepção da cidadania.

Palavras-chave: Cidadania; Espaço geográfico virtual; Inclusão digital; SIAPENET/SIGPEPE.

Introdução

Reflexões acerca do mundo contemporâneo podem levar à constatação de que, não somente nas organizações, mas em toda e qualquer situação social, os indivíduos encontram-se inseridos em um mundo virtual. Tenham consciência desse fato ou não, as pessoas já vivem nesse mundo virtual e não há como voltar atrás.

Nesse sentido, ao considerar as implicações do mundo virtual no mundo do trabalho, cabe refletir sobre como está sendo feita essa inserção, como está sendo distribuído ou não o conhecimento para o domínio dessa nova ferramenta. Refletir se nesse novo espaço virtual existe a possibilidade do exercício da cidadania.

No Brasil, a partir da Reforma do Aparelho do Estado, na década de 1990, na denominada Reforma Gerencial, a implantação das Tecnologias da Informação e dos Sistemas de Informação Gerenciais foi priorizada, como forma de aceleração da máquina estatal, considerada morosa e burocrática. Percebe-se um discurso hegemônico de modernização competitiva e produtiva das organizações públicas (BRESSER-PEREIRA, 1998).

Santos (2001) se contrapõe a esta visão, quando reflete que a humanidade espera por séculos o avanço da ciência e que esta deve ser utilizada a serviço do homem. No entanto, essas tecnologias da informação estão ficando cada vez mais restritas e sob domínio de poucos. Na realidade, servem a um número limitado de empresas e instituições, em suma, ao capital, o que o autor denomina de globalização perversa.

Ao se considerar a forma de implantação das Tecnologias da Informação e dos Sistemas de Informação Gerenciais nas organizações públicas federais, cabe a pergunta: estarão os servidores públicos navegando ou naufragando na internet?

O problema reflete principalmente a crescente política do Governo Federal, de utilização do sistema virtual, da imposição do uso da ferramenta tecnológica, o SIAPENET, “sigla criada para identificar o sistema de acesso às informações armazenadas nas bases de dados SIAPE, Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos, por intermédio da Internet, à rede mundial de computadores” (BRASIL, 2013a). Cabe ressaltar que o SIAPENET foi substituído a partir de junho de 2014 pelo SIGEPE, sendo desligado totalmente em janeiro de 2015. No entanto, não invalida os resultados da pesquisa.

A história de criação desse portal passa pela história de criação do Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), que se desenvolve em paralelo à trajetória da informática no Brasil e tem como finalidade estruturar o sistema financeiro brasileiro. Dando sequência ao desenvolvimento do SIAPE, foi implantado o Portal SIAPENET, em 1994. "A Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento [...] vem buscando modernizar este instrumento no sentido de tornar disponível aos servidores, de forma ágil e transparente, as suas informações pessoais, funcionais e financeiras" (BRASIL, 2013b). Na sequência foi substituído pelo SIGEPE.

Importa assinalar que, para os fins desta pesquisa, o conceito de cidadão e cidadania será utilizado de forma restrita à esfera organizacional e à luz teórica de Santos (2002), que ressalta que o sentido de cidadania surge já a partir do nascimento do indivíduo e da sua existência como ser humano. É a partir desse momento que o indivíduo passa a ter a condição de cidadão, fato comumente esquecido na atualidade, devido a razões históricas, geográficas e, principalmente, aos fatores econômicos.

O trabalho tem por objetivo levantar e analisar a percepção de cidadania de servidores da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) relativamente à obrigatoriedade da utilização das ferramentas tecnológicas para acesso às informações pessoais e funcionais, e suas principais implicações no ambiente organizacional.

Essa pesquisa tem caráter qualitativo, sendo exploratória, pois não se encontrou pesquisa anterior que abordasse a percepção dos servidores referente à situação de pertinência frente à obrigatoriedade do uso da nova ferramenta tecnológica, o Portal SIAPENET. O aspecto comparativo está presente no estudo, tendo em vista que se estabeleceu paralelos entre as duas instituições pesquisadas, para buscar melhores elementos de análise e comparação. A pesquisa bibliográfica teve por fundamentação teórico-metodológica a evolução das Tecnologias de Informação e Sistemas Gerenciais de Informação, internet, e a implantação destas nas Instituições Federais de Ensino Superior, além do termo Cidadania.

A pesquisa de campo foi realizada entre setembro/2013 e março/2014, em duas instituições federais de ensino superior: a UFF e a UNIRIO. Nessas instituições foram realizadas entrevistas com servidores na função gerencial/cadastradores e com servidores usuários do portal SIAPENET.

Partindo das premissas de Santos (2002), no roteiro de entrevista foram definidos como tópicos-guia os termos: acessibilidade, inclusão, valor, emancipação, liberdade e respeito. Foram entrevistados, pelo critério da acessibilidade, 21 servidores de cada instituição.

Reflexões Teóricas

Segundo Manuel Castells, “nossas sociedades estão cada vez mais estruturadas em oposição bipolar entre a Rede e o Ser” (CASTELLS, 2000, p. 23), em sua obra busca compreender o surgimento e o contexto histórico da chamada “revolução tecnológica”. O autor analisa a dinâmica econômica, social e cultural da era da informação, do processo histórico mundial do nascimento desse novo tempo, dessa nova sociedade, e compara a transformação tecnológica e suas dimensões históricas tão profundas às do início da escrita, do alfabeto, na Grécia, em 700 a. C.

O autor se reporta à origem da internet na década de 1960, pela Agência de Projetos de Pesquisa Avançada do Departamento de Defesa dos Estados Unidos (DARPA), e que se transformou numa arquitetura de rede, a ARPANET, manejada por uma elite versada em computadores. Em meados da década de 1990, essa rede já estava sendo utilizada pelo mundo inteiro com objetivos bem diversos dos iniciais, que era a defesa militar dos EUA.

Relata ainda o “surgimento de uma nova estrutura social [...] associada ao surgimento de um novo modo de desenvolvimento, o informacionalismo, historicamente moldado pela reestruturação do modo capitalista de produção, no final do século XX” (*Ibid.*, p. 33).

Nesse sentido, Lévy afirma que a informação e o conhecimento tornaram-se fonte de produção e riqueza, são bens econômicos primordiais, mas que nem sempre ocorreu dessa forma. A informação e conhecimento fogem aos conceitos econômicos clássicos, pois “consumi-los não os destrói e cedê-los não faz com que sejam perdidos” (LÉVY, 2011, p.55). A partir daí, a “informação e o conhecimento estão na fonte das outras formas de riqueza e como figuram entre os bens econômicos principais” (*Idem*), fazendo uma crítica à insistência em se viver ainda de acordo com a visão da economia clássica.

Ao pontuar a necessidade de não temer a virtualização, ressalta Lévy (2011) sobre essa nova morada do ser humano, de uma desterritorialização, que é o mundo virtual, como uma nova morada, propondo que os indivíduos se lancem nesse novo mundo sem medo.

Ainda em relação à ideologia, globalização e hegemonia da tecnologia, Milton Santos enfatiza que a ideia de que a disseminação da técnica oferece igualmente a todos a oportunidade de se valer dela é uma fábula. A unicidade da técnica e do tempo é uma questão ideológica, ressaltando que “há uma relação de causa e efeito entre o progresso técnico atual e as demais condições de implantação do atual período histórico. [...] sem a mais-valia

globalizada e sem essa unicidade do tempo, a unicidade da técnica não teria eficácia” (SANTOS, 2001, p.27).

Ele analisa criticamente importantes questões, como: o motor único – que seria uma mais-valia em escala mundial, a tirania da informação, do dinheiro e do atual sistema ideológico; bem como se mostra esperançoso na possibilidade de um mundo mais humano, com o uso da tecnologia para outros objetivos, outros fundamentos sociais e políticos.

É importante ressaltar a dimensão do uso da internet pelo Governo Federal, principalmente a partir da Reforma Gerencial na década de 1990, pois, como frisa Castells (2000), para compreender a relação entre a tecnologia e a sociedade, é importante refletir que o papel do Estado é determinante, seja na promoção ou na interrupção dessa relação, no que diz respeito a expressar e organizar as forças sociais dominantes em determinada época e espaço.

Takahashi (2000) faz uma análise da necessidade brasileira de acelerar o processo de articulação efetiva de um programa nacional para a sociedade da informação, sendo necessário, não somente base tecnológica como também infraestruturas adequadas, “um conjunto de condições e de inovações nas estruturas produtivas e organizacionais, no sistema educacional e nas instâncias reguladoras, normativas e de governo” (*Idem*, p. 6).

Diz o autor que esse programa deve contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, com foco na preservação da diversidade, da identidade cultural; no respeito e equilíbrio da sustentabilidade das diferenças regionais; e que haja participação social, alicerce da democracia política. O que remete a Ramos (1965), em sua premissa de uma assimilação crítica, de uma adequação e respeito às diversidades culturais e demais singularidades. Porém, efetivamente não se pode afirmar que isso assim ocorra.

Ao se considerar a cidadania como emancipação política e emancipação humana e analisar sua relação com o avanço tecnológico, nota-se que esta cidadania pode se tornar ao mesmo tempo uma emancipação e um aprisionamento. A emancipação tem relação com a ideia de liberdade; no entanto, o avanço tecnológico não cria mecanismos por si só de cidadania plena, de reconhecimento da liberdade do outro em seu campo de ação. Nesse campo tecnológico, o que é para ser um avanço pode se tornar um retrocesso humano

Para Santos (2002), o homem é considerado cidadão pelo simples fato de nascer humano. No entanto, analisa criticamente que, dependendo do espaço geográfico em que tal fato se dá, bem como em qual espaço os indivíduos vivem, uns são considerados mais cidadãos que outros. A cidadania é definida pelo espaço geográfico em que, dependendo do espaço ao qual o indivíduo pertence, ele é considerado cidadão ou não, assim como ele depende dos limites desse espaço, das suas fronteiras, que podem ser ultrapassadas ou não, e assim surgem os cidadãos diferenciados.

O que corrobora com a preocupação de Silveira (2001) para que não se acirrem, nesta nova era virtual, os desequilíbrios que atualmente se encontram na sociedade brasileira e que venham a ocasionar o que chama de “*apartheid* digital”. Considerando o governo como principal responsável pela democratização dos novos serviços, para que tal situação não ocorra.

O que Takahashi (2000) apresenta como condição fundamental, mesmo que não de forma exclusiva, é a necessidade de universalização da informação e comunicação, para os sujeitos serem inseridos como cidadãos e para que assim se realize uma sociedade de informação para todos. Isso significa que haja ações e infraestrutura que estimulem o acesso e a informação aos cidadãos, para que informados e conscientes, possam utilizar os serviços disponíveis na rede.

Nessa linha, Dejours (2006) mostra a defasagem irredutível entre a organização prescrita e a organização real, em que se faz presente a subjetividade humana, com o real do trabalho. Em que o prescrito é a situação ideal, a organização real é a situação da realidade da

organização, que difere do ideal; prevalecendo assim a subjetividade humana, o real do trabalho: o trabalhador realiza o possível entre o ideal e o que se encontra.

Santos (2002) ressalta ser imprescindível à cidadania o componente territorial da equidade em sua acessibilidade. “A geografização da cidadania supõe que se levem em conta pelo menos dois tipos de franquias, a serem abertas a todos os indivíduos: os direitos territoriais e os direitos culturais, entre os quais o direito ao entorno” (*Ibid.*, p. 121).

O autor define território como “um conjunto de lugares” e o espaço nacional como “um conjunto de localizações” (SANTOS, 1985 *apud* SANTOS, 2002, p.121). Ele também ressalta a importância de a Constituição estabelecer o que é ser um cidadão integral – igual em deveres e direitos, independente do lugar em que se encontre. Assim, tece uma crítica ao fato de que nascer e tornar-se um cidadão atualmente tornou-se irrelevante, pela própria modificação do conceito de cidadania no estágio atual do capitalismo: ser cidadão, hoje, é ser consumidor, é produzir, é consumir. O ser político, valorado, é posto de lado.

Esta situação é colocada por Ramos (1981) como uma característica da sociedade centrada no mercado, em que há transvalorização dos conceitos, como no caso da palavra razão, conforme sempre foi entendida e da qual o ser humano crítico “resiste a ser despojado do seu atributo essencial – a razão” (p. xv). Atualmente, a forma como a razão é conhecida não passa de uma corruptela de seu real sentido e valor.

Guerreiro Ramos, ao observar a importância que as organizações têm apresentado na sociedade e o quanto estas têm sido objeto de estudo e sistematização na área da ciência social e da filosofia, salienta a qualidade desse momento histórico para o homem; da possibilidade que este encontra na evolução do saber sobre si mesmo e o que está em sua volta, reafirmando um famoso dito: “saber é poder” (RAMOS, 1963, p.145).

O autor ressalta que a assimilação desse novo conhecimento à consciência “acrescenta à conduta humana qualidade que não tinha: a atitude parentética. Com ela o homem habilita-se a ajustar-se ativamente à sociedade e ao universo. Sem ela é matéria bruta dos acontecimentos, unidade indiferenciada de um rebanho, entre outras coisas” (*Ibid.*).

É interessante perceber que o autor expressa que essa atitude parentética habilita o homem a “ajustar-se ativamente”. Dessa forma, esse ajustamento não condiz com a atitude de acomodação, e sim com o estar conscientemente ativo ao seu tempo, ao lugar em que se encontra, no caso, as organizações. O autor ressalta que “a atitude parentética, na medida em que se democratize, fundará, por fim, o período da história consciente do homem” (*Ibid.*, p.146).

Dessa forma, Ramos traz uma inquietação quanto ao estudo das organizações, do homem nesse espaço e, assim, desse homem enquanto ser coletivo: “A organização é o segredo da servidão humana. É para os seres humanos o que a espécie é para os animais inferiores. Uniformiza as condutas, subordinando-as mecânica e dogmaticamente, reduz e até anula a liberdade. (RAMOS, 1963, p 147).

Ele entende que o antídoto para isto é o homem parentético, o homem suspenso, que transcende a organização, consciente e crítico do que acontece ao seu redor. Este homem prima pela liberdade e “defende o ser humano contra o embrutecimento, a rotinização mental, a alienação” (*Ibid.*, p.149). Assim, Ramos considera importante estabelecer que este homem não está voltado somente para sua individualidade, como prima a sociedade de mercado, e sim, principalmente ao seu entorno, ao valor do ser humano, uma vez que, no entender também de Santos (2001), o debate dos valores é questão central do ser cidadão.

Santos (2001) ressalta que a função do intelectual, do ser crítico, em prol de uma sociedade mais justa, igualitária, incomoda. Nesse sentido, nota-se, em toda a construção teórica de Ramos (1963, 1965, 1981, 1983), a preocupação com o desenvolvimento da ciência, em relação à sua aplicabilidade em consonância com a construção do ser humano em todas as suas nuances e dimensões.

Santos (2002) é veemente na crítica ao consumismo e afirma que é preciso reaprender o significado do termo cidadania, que a sociedade voltada para o mercado fez questão de substituir por consumidor, usuário. O autor ressalta que essa destruição da cidadania teve a colaboração do Estado. Com o surgimento da ideologia do consumo em detrimento do ser cidadão, da instrumentalização da vida social, inclusive a política passou a existir em função do consumo.

Ressalta o autor que a classe média não tem interesse em ser cidadã, e sim em ter privilégios, e os pobres nem chegam à condição de cidadãos. Uma vez que a sociedade privilegia o consumo, o dinheiro, em que há bons resultados do ponto de vista do consumidor, a ideia de cidadania se reduz em seu entendimento jurídico.

Nesse sentido, constata que apesar de o homem moderno viver numa sociedade informacional, esta informação é privilégio do Estado, de grupos econômicos hegemônicos, enquanto a ele é negado o direito de se informar. O autor considera que se encontra nas mãos de poucos o poder de “captar as informações, orientá-las a um centro coletor, que as seleciona, organiza e redistribui em função do seu interesse próprio” (SANTOS, 2002, p.127).

Esta situação faz reportar ao cidadão definido pelo ângulo geográfico, periférico, que não tem acesso aos bens públicos, não tem direito à cidade, enfim, que está no limite, não tendo condições de ultrapassar as barreiras. Assim também o "espaço geográfico virtual" pode estar inacessível aos indivíduos, visto que estes “são apenas receptores, sobretudo os menos capazes de decifrar os sinais e os códigos com os quais a mídia trabalha. A informação para quê, a informação para quem são, desse modo, questões presentes, sobretudo em nossa era informacional” (*Ibid.*).

O que nos faz reportar à evolução do conhecimento, do indivíduo para o outro, da linguagem à comunicação, informação, chegando à evolução das tecnologias da informação, que, para Krapívine (1986), seria a possibilidade igualitária da emancipação, a linguagem tecnológica como possibilidade de transformação do mundo. No entanto, na atualidade percebe-se que sucedeu justamente o contrário, a evolução gerou exclusão, alienação, o conhecimento centrou-se nas mãos de poucos. Assim, quem não tem acesso a essa linguagem não tem acesso ao novo espaço geográfico virtual.

O materialismo dialético, ao buscar compreender a origem do conhecimento, como coloca muito didaticamente Krapívine (1986), relaciona a evolução deste ao surgimento da consciência. A geração do conhecimento está intrinsecamente ligada ao reconhecimento do outro, é um caminhar do indivíduo ao outro indivíduo, ao viver em sociedade. E assim também é a linguagem, que só tem sentido a partir da intenção de comunicar-se com o outro. Nesse sentido, a consciência, sua essência, é construída e só pode existir em interação na sociedade, com a consciência do mundo à sua volta. A partir dessa construção teórica, pergunta-se: como está essa compreensão, essa noção de consciência do servidor público?

Resultados

Inicialmente, é de se destacar que nas duas instituições e em todos os segmentos, constatou-se que o trabalho virtual já é um fato consolidado. A inserção no mundo virtual está presente nas organizações e uma parcela considerável dos entrevistados desenvolve seus trabalhos em algum sistema virtual e não necessariamente no Portal SIAPENET.

A respeito das respostas às perguntas iniciais, que foram diferenciadas ao segmento dos servidores na função gerencial/cadastradores da UFF e UNIRIO, relativas à sua participação e/ou treinamento na implementação do Portal SIAPENET, pode-se observar o seguinte sobre os discursos dos entrevistados das duas instituições: foram convergentes, apresentando unanimidade em relação à não participação desses servidores na decisão de

implantação do sistema, assim como pelo fato de não terem sido treinados para sua implementação ou utilização.

A maior parte dos entrevistados considera que o discurso da implementação do sistema foi impositivo, em que pouco se explicou sua finalidade, apenas que deveria ser implementado na organização para todos os servidores. Alguns dos entrevistados comentaram sobre o envio de um manual; outros afirmaram que, conforme um servidor aprendia, ele se tornava um multiplicador e dessa forma ensinava aos demais, para que assim pudessem fazer o cadastramento de todos servidores que o solicitassem.

Estes fatos ainda acontecem nos dias atuais: quando há modificações no sistema, pouco é divulgado ou explicado aos usuários. Essas modificações provêm das determinações e leis advindas de instâncias superiores, em sua maioria do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

Boa parcela dos entrevistados ressalta que, ao implantarem o sistema, não houve, por parte das instâncias superiores, uma boa divulgação deste, isto é, não explicaram aos futuros usuários os objetivos do portal, nem ressaltaram as suas qualidades. Estes fatos geraram um sentimento de imposição, de obrigatoriedade, que vem sendo retransmitido aos próximos usuários. Segundo os servidores entrevistados, é preciso superar esses sentimentos, pois esses multiplicadores se tornam, assim, também propagadores de uma rejeição ao Portal SIAPENET.

No entanto, uma parcela menor de entrevistados, apesar de não ter participado da elaboração nem de treinamentos, demonstrou ter conhecimento a respeito dos momentos iniciais de implantação dos sistemas e uma relação de maior proximidade com o MPOG, enviando a este órgão suas dúvidas e sugestões, sendo que a alguns elas são respondidas.

Esses discursos encontrados nos dados das entrevistas, relacionados à percepção da cidadania nesse novo espaço geográfico virtual na organização, corroboram a visão de Santos (2002), quando este afirma que o conhecimento não é permitido a todos; sendo restritas à elite intelectual e política a administração e sonegação do conhecimento e a decisão a quem este será distribuído. Dessa forma, percebe-se que as decisões são privativas de órgãos superiores, e a alguns poucos é dado conhecê-las e delas participar, pois nem todos conseguem resposta aos questionamentos e sugestões, o que gera insatisfação, ou servidores/cidadãos diferenciados.

Castells (2000) reporta uma representação que está surgindo no campo informacional, segundo a qual, em síntese, estariam assim delineados os que dão a última palavra, os que decidem; os envolvidos nesse processo de decisão são os participantes, e os que somente implantam as decisões são os executores. Este último segmento de servidores, ao tomar conhecimento dessas ordens, deve colocá-las em prática. E, como visto nos discursos encontrados nos dados das entrevistas, esses servidores precisam aprender, para poder desenvolver este trabalho. Uma das consequências desse fato, que também se mostrou alinhado nas duas instituições, é que, perante a necessidade, alguns servidores tiveram a iniciativa de desenvolver e adaptar vários procedimentos, instrumentos, formulários, explicações, sem terem sido treinados para tanto, para poderem facilitar o cadastramento dos demais servidores.

Essa compreensão está presente em Ramos (1983), quando o autor aborda o "jeitinho brasileiro", também utilizado nas organizações, e que muitas vezes é interpretado de forma negativa. No entanto, esta parece ser uma forma inteligente e criativa de o indivíduo se adequar à realidade cultural e ao ambiente organizacional, frente ao autoritarismo que se perpetua desde o início da "construção" do país, de suas organizações.

Essa ideia de forma semelhante está presente em Krapívine (1986), quando este afirma que a consciência humana se inicia a partir do trabalho, e assim também a consciência do ser social, do cidadão não alienado. Pois, nessa construção de instrumentos para a inserção desses

servidores nesse mundo virtual, está atuante e presente a sua percepção em relação ao seu desenvolvimento e participação na construção do trabalho, da organização, da sociedade – e em relação à sua percepção, e à do outro, como cidadão.

As seis categorias previamente definidas – Acessibilidade, Inclusão, Valor, Emancipação, Liberdade e Respeito –, estão interligadas entre si e ao conceito de cidadania, e foram assim divididas e ressaltadas tão somente como método para facilitação e compreensão dos estudos.

Assim, na categoria *Acessibilidade*, buscou-se analisar a percepção do servidor quanto à possibilidade de acessar suas informações nesse novo espaço virtual, o SIAPENET, referentes aos bens e serviços públicos essenciais. A categoria *Inclusão* relaciona-se à percepção quanto à sua inserção neste espaço organizacional virtual, vista pelo ângulo geográfico; como está essa inserção; se é periférica; se é realizada com domínio do espaço. Na categoria *Valor*, no sentido de que a cidadania se amplia quando se amplia também a noção de valor, de si mesmo e nas suas relações interpessoais, procurou-se levantar como o servidor percebe esse valor e se ele se sente valorizado nessa relação com o mundo virtual no trabalho. Na categoria *Emancipação*, uma expansão das categorias anteriores, a questão se referiu a como está a percepção do servidor quanto à sua autonomia, o domínio do mundo virtual, bem como a autonomia de seus pares. Na categoria *Liberdade*, a questão versou sobre se há independência nesse mundo virtual, se há liberdade de escolha, se há a percepção, assim, do exercício da cidadania. Na categoria *Respeito*, buscou-se saber se o servidor se sente respeitado em sua vivência com este novo mundo virtual nas organizações.

Quanto à percepção da cidadania na questão da *Acessibilidade*, encontrou-se convergência nos discursos de servidores de ambas as instituições, quando se percebe que a primeira preocupação destes é com a exposição de seus dados pessoais e financeiros na rede e abertos à curiosidade de todos.

Nesse sentido, sentimentos de vulnerabilidade, violação, invasão, medo, perigo, constrangimento, entre outros com o mesmo sentido também foram encontrados.

As convergências na categoria *Acessibilidade* se referem não só à preocupação dos entrevistados quanto à sua segurança, como também na possibilidade de lhes facilitar o acesso às suas informações pessoais.

Da mesma forma convergentes nas duas instituições, e divergentes das situações acima citadas, foram encontrados sentimentos de segurança e confiança total no acesso às informações individuais.

Em consonância ao pensamento dos autores referenciados neste trabalho, pode-se verificar, na categoria *Acessibilidade*, a percepção do servidor em relação ao exercício da cidadania no acesso às suas informações e aos bens e serviços públicos essenciais, nesse novo espaço virtual, por conta das suas diferenças e singularidades, formando três vertentes: os que se preocupam quanto ao uso, ao acesso desse mundo virtual, como também em relação a quem dele faz uso; os que se preocupam em relação a se o servidor está realmente tendo esse acesso; e os que têm sentimentos de confiança e segurança total em relação ao seu cadastramento e acesso às informações pessoais.

Esses fatos relatados remetem a Takahashi (2000), em sua ênfase na preservação da diversidade da identidade cultural; no respeito e equilíbrio da sustentabilidade das diferenças regionais; e na participação social como alicerce da democracia política. Neste sentido, por parte dos servidores há a noção e crítica quanto à vulnerabilidade de seus dados na rede, da utilização desses dados de forma muitas vezes invasiva e inoportuna; por exemplo, quando se dá a abertura da margem consignável para as financeiras.

Nesse caso, é visível, como coloca Santos (2001), a questão do motor único, da mais valia, a questão do mercado, das financeiras se fazendo presentes e incomodando os servidores. Além disso, também existe a preocupação pelos que têm dificuldade a esse acesso,

o que corrobora o pensamento de Krapívine (1986), relacionado à construção coletiva da cidadania.

Por último, citando Lévy (2011), há os que estão se sentindo seguros e que, sem medo, se lançaram nesse novo mundo virtual e se sentem em casa.

A percepção de cidadania na categoria *Inclusão* pode ser verificada nos discursos e estes também estão alinhados nas duas instituições. Santos (2002) se faz presente no tema, em que se percebe que esse espaço geográfico é dividido e, dependendo de onde se situam os indivíduos, uns têm mais acesso aos serviços públicos, aos bens, ao conhecimento que outros, considerados como periféricos; e assim a cidadania, ou não, também acontece no espaço geográfico virtual/organizacional.

Nos depoimentos percebe-se a necessidade de um real atendimento e inclusão das pessoas, seja pelo caminho tradicional, ou pela sua real capacitação e inclusão dentro do sistema.

Denota-se, que os servidores se preocupam em que todos tenham possibilidade de inclusão nesse mundo virtual, mas percebem que isso não vem acontecendo. Essa constatação também remete a Krapívine (1986), para quem o conhecimento acontece a partir da consciência da existência do outro; assim como a Martins (2011) e as múltiplas sinergias presentes no campo organizacional, no espaço geográfico virtual, em que todos os atores estão preocupados com os demais, para que todos estejam inseridos enquanto cidadãos completos.

Em relação à Inclusão também há discursos que convergiram nas duas instituições, ressaltando a necessidade de acompanhar a facilidade da modernidade.

Importa ressaltar, que nos discursos convergentes encontrados nas duas instituições, há a preocupação com a sustentabilidade, com o meio ambiente, a economia do papel, através da informatização.

Denota-se que os servidores estão atentos à percepção da cidadania em relação ao uso, ou não, do Portal SIAPENET, e assim do sistema, do espaço geográfico virtual. Também percebem as dificuldades e facilidades que se apresentam, da teoria, da facilidade para acesso de todos.

No entanto, na prática se percebem as dificuldades, o que remete a Silveira (2001), quando enfatiza a necessidade do atendimento no modo tradicional. O autor sugere que se mantenha esse canal, quando, na prática, o novo demonstra ser limitado. Além disso, se reporta à responsabilidade governamental, para que não venha a se repetir, nesse espaço geográfico virtual, o que acontece na sociedade: o *apartheid*, neste caso, o *apartheid* digital.

Percebe-se também a idéia do homem parentético em Ramos (1963), quando o fato de o servidor se ajustar ativamente à organização remete à atitude parentética. Assim como quando se encontra, nos discursos, servidores que buscam o conhecimento para transmitir esse saber, o caminhar com o outro, acompanhar a modernidade, tendo a ética como parâmetro (RAMOS,1983).

Na categoria *Valor*, os entrevistados percebem na ferramenta a noção de valor consigo e nas relações interpessoais, do sentir-se valorizado nessa relação com o mundo virtual no trabalho.

Destaca-se no discurso o fato de a questão da saúde do trabalhador já estar inserida nesse novo campo geográfico virtual; e a necessidade de utilizar a ferramenta com bom senso, nas palavras de um dos servidores, que a considera fantástica. Assim como a fala de outro servidor, que também cita a importância da inserção, no Portal SIAPENET, do campo da prevenção da saúde, além da importância do conhecimento dos direitos e deveres do servidor, nesse novo espaço virtual e das suas implicações nas relações de trabalho.

Nessa categoria, pode-se sintetizar e elencar todos os autores referenciados, no sentido crítico de suas teorias, em relação ao que buscam os serviços.

No entanto, como nas categorias anteriores, há visões divergentes das citadas anteriormente, mas que convergem nas duas instituições. São depoimentos que evidenciam servidores que não se sentem valorizados a partir do uso dessa ferramenta, considerando-a complicada, necessitando de ajustes, de treinamentos, ser mais autoexplicativa, mais atrativa, o que é uma postura a ser considerada, dado o universo de servidores que a ferramenta busca atingir.

Portanto, há que se considerar as diversidades culturais dos servidores, e assim não individualizar, nem culpar ou mesmo excluir os que têm dificuldades, como também citam os autores referenciados. Dejours (2006) menciona o banalizar, individualizar esse sentimento; Ramos (1981) fala do homem que transcende a organização, consciente e crítico, voltado não para o que é ditado pela sociedade de mercado, para a sua individualidade, mas sim para o seu redor, para o valor do ser humano; e, Santos (2001), que considera o debate dos valores como questão de suma relevância para o exercício da cidadania.

Na categoria *Emancipação*, como nas categorias anteriores, encontra-se convergência nos discursos dos entrevistados das duas instituições quanto à percepção de cidadania dentro do mundo virtual.

Assim, citando Krapívine (1986), a evolução das tecnologias da informação seria a possibilidade igualitária de emancipação, a linguagem tecnológica como possibilidade de transformação do mundo. Isso porque é perceptível, em todos os discursos elencados até o momento e em todas as categorias, que a noção do outro se interliga e faz parte da compreensão de cidadania; aí se incluindo tanto a preocupação com o seu próprio caminhar: “não consigo ver aquilo ali, ele sempre dá algum erro” (UF-6); como com o caminhar do outro: “não facilitando pra eles, não facilita pra gente também” (UNG6). Em síntese, estão atentos: “tirando às vezes que ele trava” (UN-5).

Também há convergência nos discursos dos entrevistados das duas instituições quanto à percepção de cidadania na categoria *Liberdade*, no sentido de que o ser independente, livre, é aquele que tem garantido o acesso aos espaços, ao mundo sem fronteiras, aos espaços geográficos. Assim, os entrevistados avaliam se há independência nesse mundo virtual, se há liberdade de escolha, se há percepção do exercício da cidadania por parte dos servidores. Tais discursos corroboram a visão de Castells (2000) sobre a necessidade de maior liberdade, no caso, aos servidores, para que exerçam e desenvolvam seus potenciais.

Santos (2001), em contraste com o que denomina globalização perversa, investe na esperança, e assim, na possibilidade de mudanças. Nesse sentido, os discursos seguintes convergem a uma transcendência do momento dessa transição, desse acesso ao espaço geográfico virtual.

A categoria Liberdade vai ao encontro do que diz Santos (2001), quando se refere ao espaço do cidadão, e assim o da cidadania, enquanto espaço geográfico; e Ramos (1963), quando traz o homem que prima pela liberdade e “defende o ser humano contra o embrutecimento, a rotinização mental, a alienação” (p.149). O que permite vislumbrar, que apesar da hegemonia que há, na atualidade, na teoria da administração convencional, unidimensional, de mercado, há uma contrapartida com a Teoria Organizacional de Guerreiro Ramos (1983), e mais ainda, com a Teoria do Espaço-Dinâmica Organizacional de Martins (2011), em analogia à liberdade do pintor em criar com suas matizes, consciente do trabalho societário realizado com um coletivo de pessoas.

Como nas categorias anteriores, na categoria *Respeito* há convergências na percepção dos servidores das duas instituições quanto à sua cidadania, no sentir-se respeitado em sua vivência com este novo mundo virtual nas organizações.

Enquanto em alguns discursos encontra-se o sentimento de respeito, em outros discursos verifica-se o inverso, o sentir-se desrespeitado, devido, principalmente ao sentimento de invasão aos seus dados.

Assim, nos discursos se encontra Santos (2002), segundo o qual a importância do cidadão passa principalmente pela categoria Respeito, pois este é a consagração da cidadania. Nesse sentido, nas primeiras respostas, que convergiram e são exemplos das duas instituições, verifica-se que os servidores sentem esse respeito em relação à sua cidadania, já que têm acesso aos seus dados e informações, assim como percebem o quanto significa, para os demais servidores, terem o domínio desse acesso e, assim, de fazer-se respeitar. Já no segundo momento, também convergente nas duas instituições e similares a outras respostas, ressalta-se o sentimento de sentir-se desrespeitado, principalmente em relação à falta de controle sobre quem acessa os seus dados, principalmente o incômodo provocado pelas financeiras/consignações, bem como a questão da Lei da Transparência. Dessa forma, como asseverado por Santos (2002), por conta da racionalidade econômica, se desrespeita o cidadão.

Como um dos últimos pontos de análise a ser ressaltado em que se encontra convergência nas duas instituições nos discursos de todos os entrevistados, sem exceção, relaciona-se à percepção de cidadania na questão do acesso ao contracheque via Portal SIAPENET. Isso porque, a partir do mês de julho de 2013, para que o servidor continue a ter o seu contracheque impresso, tornou-se necessário que ele faça uma opção para tanto. Porém, essa opção só pode ser realizada através do próprio sistema. Ou seja, existe a necessidade de o servidor estar inserido no sistema até mesmo para não ser obrigado a utilizá-lo.

Dessa forma, o discurso sobre a suspensão do contracheque impresso esteve presente nas respostas de todos os entrevistados, de todas as categorias, ora aparecendo em uma, ora em outra resposta, ora se recolocando em outra questão. Como exemplos, seguem depoimentos relacionados às seis categorias delimitadas.

Na verdade, eu só entrei no SIAPENET porque nós fomos avisados que, para receber o contracheque impresso, a gente teria que acessar o SIAPENET para fazer a solicitação. Na verdade, foi aí que entrei no SIAPENET, para solicitar o contracheque impresso. Desde então, só entrei umas duas vezes, no máximo (UN-2) [Acessibilidade].

SIAPENET não entro, não sei entrar, é porque cortaram o contracheque no papel, aí eu fui lá no DRH, pra saber. "Ah, você tem que preencher uma ficha." Aí preenchi a ficha e entreguei lá. Aí fiquei esperando, aí nada [...] Só que eu entrei no SIAPE, acho que devo ter feito alguma besteira e perdi a senha, a informação que tem é pra ir no DRH pra requerer... Eu acho muito complicado, entendeu? Eu acho que era mais fácil, se você já recebia, ter um formulário: "você quer receber no papel?" (UN+2) [Inclusão].

[...] não está sendo prático. Acho que, se eu tivesse acesso, se tudo estivesse direito, seria prático. Eu não precisaria estar aqui hoje, que eu vim fazer isso pela terceira, quarta vez. Eu poderia estar na minha casa, acessando meus dados, ou então recebendo meu contracheque. Poderia ter ido ali e pego meu contracheque (UF-1) [Valor].

Vou fazer um histórico. Alguns anos atrás, não muitos, o governo, que fez: ele continuou emitindo, no caso, contracheque, e deixou a cargo daqueles que não queriam mais papel poder acessar diretamente no sistema. Me parece que a adesão não foi tão grande assim, e eles agora fizeram ao contrário: tiraram de todos os ativos, e quem quiser em papel, tem que acessar o SIAPENET e fazer a opção (UN+7) [Emancipação].

Eu vejo constrangimentos, tanto que muitos, quando sabem que podem voltar ao contracheque antigo, eles preferem. Não vejo uma satisfação, passa a ser um trabalho cansativo, não vejo facilidade... Muitos dizem: "não sei pra quê esse SIAPENET" (UFG3) [Liberdade].

Eu me sinto desrespeitado a partir do momento em que eu próprio não tenho acesso e outras pessoas têm, pra oferecer consignações. Nesse sentido, acho péssimo. Eu gosto de ter os papéis, é uma obrigação do meu empregador me dar esse documento, meu contracheque (UF-4) [Respeito].

Como pode ser visto nos discursos postados no próprio portal, o quesito do contracheque acessível no sistema do Portal SIAPENET é de suma relevância, fazendo parte dos dados financeiros dos usuários. Como vimos em Castells (2000), as finanças são vistas como um dos primeiros motivos para o desenvolvimento e a universalização da internet, o que é corroborado também por Santos (2001), em sua fala sobre o motor único.

Tanto é que, nos discursos convergentes nas duas instituições, é constante a crítica à falta de comunicação/treinamentos para o acesso ao sistema. No entanto, para os módulos do sistema financeiro, gerenciais, as comunicações aparentemente acontecem; assim como as com o canal do SEGEPE parecem funcionar melhor para esses departamentos, como se pode observar nas falas a seguir: “e tem um *feedback* com a SEGEPE [...] cada probleminha [...] a gente faz a pergunta e tem a resposta, no meu caso que utilizo muito [...] parte gerencial de orçamento de relatório para folha de pagamento” (UFG5); “[...] quando eu preciso, qualquer coisa que eu preciso, que o sistema não me deu, entro em contato com o planejamento, e aí eles abrem algum acesso pra gente” (UNG3).

Isto é, para o sistema financeiro gerencial existe um atendimento, diferentemente do que acontece em relação a outros departamentos, em que a comunicação com as instâncias superiores são mais dificultadas, demoradas e acontecendo também de não darem resposta.

Assim, como ressalta Santos (2002), sobre a existência de cidadãos diferenciados de acordo com sua localização geográfica, o que se reflete também em sua condição social, nesse espaço geográfico virtual da organização existe um lugar diferenciado, pode-se dizer privilegiado, para o qual é facilitada a interlocução com os órgãos superiores competentes.

Denota-se, assim, que o servidor está atento à percepção de cidadania, o que reporta a Ramos (1981), na sua crítica à sociedade do mercado, a qual coloca a questão financeira à frente da condição do homem. Assim como Silveira (2001) enfatiza a importância de os usuários terem acesso à informação tanto na forma virtual como por meio de cópia impressa, de modo a lhes facilitar a comunicação com a organização.

Nesse sentido, a decisão de suspensão dos contracheques impressos, vinda dos órgãos superiores no mês de julho de 2013, vem gerando preocupações, como se pode observar em discursos convergentes nas duas instituições, visando a solução ou amenização dos problemas gerados, uma vez que, para continuarem a receber o contracheque impresso, a única forma de fazerem tal opção é através do Portal do SIAPENET.

Por fim, a última pergunta, dirigida aos servidores na função gerencial/cadastradores, os quais acessam o sistema via órgão, teve o objetivo de saber se estes utilizam o Portal SIAPENET para consultar seus dados, suas informações pessoais, tal como fazem os demais servidores. Pode-se dizer que é quase uma unanimidade, nas duas instituições, a não utilização do portal para suas demandas pessoais.

Como todos os servidores deste segmento têm acesso ao sistema através do órgão em que trabalham, e nele encontram as informações de que precisam, uma parcela considerável deles não utiliza o Portal SIAPENET. As justificativas são as mais variadas, a maior parte convergindo quanto ao não uso do portal.

Assim, fica perceptível um sentimento de contradição à ferramenta, em que se coloca ser boa para se acessar de qualquer lugar e a qualquer tempo, mas isso se o servidor tiver condições de acessá-la, se tiver um computador, *e-mail*, independência. No entanto, o sistema pode travar, não querer funcionar! Também depende da possibilidade e da dificuldade de se fazer um manual com instruções do passo a passo.

Quando nos discursos é colocado que não houve um trabalho para atrair as pessoas para o uso dessa ferramenta, percebe-se como os autores referenciados situam, em especial Santos (2002), o lugar do cidadão, agora usuário, reservado a poucos. Estes são os “subcidadãos”, “subusuários”, os que não foram convidados para fazer parte da cidadania.

Observou-se que todos os entrevistados têm algo a acrescentar, como avaliações, críticas, satisfatórias ou não, e sugestões, em que todos buscaram dar a sua contribuição. Alguns manifestaram satisfação com o sistema; outros, preocupação com os que não conseguem acessá-lo; há constatação de que o sistema é complexo; não é atrativo, tem entraves; mas que é um facilitador; de que é necessário aperfeiçoá-lo; da necessidade de se manter a forma tradicional de acesso também; do cadastramento das férias; de se conhecer o sistema; o fato de os sistemas não se comunicarem, o que acarreta o retrabalho; e o fato de estar disponível nas 24 horas do dia e de ser cobrado por isso.

Enfim, são inúmeras as situações advindas do campo e convergentes nas duas instituições pesquisadas, e que demonstram o quanto os servidores estão afinados em relação à percepção de cidadania nesse novo espaço geográfico virtual.

Ressalte-se que, com a substituição do SIAPENET pelo SIGEPE, a partir de julho de 2015, de forma escalonada e progressiva, não haverá mais contracheques impressos aos servidores ativos, aposentados e também aos pensionistas (BRASIL, 2015e).

Considerações Finais

Iniciou-se este estudo pela contextualização histórica do surgimento e utilização da internet no ambiente organizacional, em que uma parcela dos entrevistados tem a lembrança e relatou o momento da implantação das tecnologias e sistemas de informação em suas instituições. Cabe ressaltar que esses resultados foram convergentes nas duas instituições.

Como visto nos dados levantados nas entrevistas, não houve participação dos servidores no processo de decisão, mas tão somente a ordem para que implementassem o sistema, assim como não houve treinamento para tanto.

Há relatos que demonstram o contraste entre o que teoricamente é implantado e o que é considerado como ideal, o que os servidores vivenciam em realidade e os desdobramentos da implementação do trabalho. O servidor tem a perfeita ideia de que deve haver treinamento, capacitação, que deve participar das decisões, porém isso não acontece na prática.

Esta é uma visão crítica de uma parcela de servidores que vivenciaram esse momento e as múltiplas sinergias presentes nas dimensões do campo organizacional, que perpassam o tempo histórico e continuam a acontecer nos momentos atuais. Há servidores atentos ao seu ambiente e que, principalmente, em conjunto com seus pares, desenvolvem o real do trabalho, preocupados que todos estejam sendo respeitados e inseridos nesse novo mundo do trabalho virtual.

De certa forma, como também esteve presente em alguns discursos, também há a Lei da Transparência, e assim, muito desses dados estão não só no sistema para seu próprio conhecimento, como para o conhecimento de todo o público, e esse discurso também é encontrado em algumas respostas, convergentes em ambas as instituições.

Da análise dos princípios norteadores das políticas de implantação do SIAPE/SIAPENET no serviço público federal e da capacitação tanto dos gerenciadores como dos diferentes segmentos de recursos humanos da organização em relação ao uso da ferramenta tecnológica. Observa-se outro exemplo que demonstra essa situação do real do trabalho, semelhante a outras que foram encontradas convergindo nas duas instituições. Trata-se de equipes de atendimento ao servidor para sua inserção no Portal do SIAPENET que, embora sem treinamento inicial e preocupadas e perceptivas quanto à cidadania, desenvolvem formulários, folhetos explicativos, para proporcionar uma melhor e maior compreensão e

inserção dos servidores nesse novo espaço geográfico virtual, e para que assim sejam cidadãos – usuários plenos.

No entanto, observa-se que as políticas de implantação continuam a ser aplicadas unilateralmente, como aconteceu por decisão vinda dos órgãos superiores no mês de julho de 2013, em relação à retirada do contracheque impresso para todos os servidores ativos. Nesse sentido, para continuarem a receber o contracheque impresso, a única forma de fazer essa opção é através do Portal do SIAPENET. Considerando que, há uma parcela de servidores que não acessa o sistema, por diversos fatores, tal decisão tem gerado preocupações e problemas, que foram percebidos na totalidade dos discursos, em todas as categorias, em todos os segmentos e convergentes nas duas instituições, conforme relatado no corpo desse artigo.

Diante dessa constatação, principalmente por estarem atentos à cidadania nesse novo mundo, os servidores ofereceram várias sugestões no sentido de conciliar e permitir a participação de todos, ainda que por uma via tradicional, que vimos ser teoricamente colocada. No entanto, em realidade não é dessa forma que vem acontecendo a implantação e o uso do sistema.

Denota-se, assim, que, de maneira convergente nas duas instituições, uma considerável parcela dos servidores em todos os segmentos está ciente de que as tecnologias e os sistemas de informação têm sua importância e relevância. Conhecer-las é a possibilidade de não se tornar submisso nem dominado. É a possibilidade do ser humano utilizar a ferramenta em prol do ser humano. É a esperança de um mundo novo, em que todos possam estar inseridos de uma forma o mais igualitariamente possível.

Outrossim, são preocupações constantes as possibilidades de inserção através de capacitação, de treinamentos, de haver um espaço físico tanto para treinamento quanto para utilização de computadores, para quem não os tem. Assim como também existe a busca por soluções, com sugestões. Cabe ressaltar que estas foram encontradas nos dados da pesquisa, em ambas as instituições.

Assim, ao analisar a concepção do mundo digital e suas interferências nos comportamentos sociais e individuais no trabalho, percebe-se que em relação às implicações desse novo mundo virtual no mundo do trabalho, em atenção à percepção da cidadania, do seu exercício, verificou-se, nos discursos dos servidores em ambas as instituições, situações em que se constata que muitas vezes os sistemas, não só o do Portal SIAPENET, bem como os outros sistemas, têm as suas incongruências, uma vez que teoricamente seriam facilitadores, no entanto, em suas vivências os servidores reconhecem que os sistemas apresentam dificuldades no seu acesso e uso.

Nesse sentido, tem-se como exemplos sistemas que não conversam entre si, provocando o retrabalho, o que leva o servidor a um desgaste emocional e cansaço. Esse desgaste acontece não só pelo fato de ter que fazer o mesmo trabalho em vários sistemas, mas também pelo fato de, ao acontecer um erro no lançamento de um só dígito, essa diferença causa “crítica” entre os sistemas, não permitindo o avanço.

Como exemplo, encontrado em ambas as instituições e que pode ser replicado, tem-se o discurso apresentado por um entrevistado que “sutilmente” culpa os servidores que cadastram por cometerem erros, porém, esses erros aconteciam pelo fato de o servidor não ter à sua disposição um aparelho de telefone na época de seu ingresso e cadastramento na instituição, o que gerou essa “crítica” no sistema, por exatos três anos. Existem várias ocorrências como esta, em que há relatos dos servidores ficarem impacientes a ponto de acontecer agressão verbal.

Como visto, as tecnologias e sistemas de informação estão presentes nas organizações. O mundo virtual no mundo do trabalho é um fato consolidado, esse espaço geográfico virtual e dinâmico é real. Existe. Os servidores participantes desta pesquisa demonstraram estar

conscientes e participantes do processo, principalmente em relação à percepção da cidadania, de sua acessibilidade, inclusão, valorização, emancipação, liberdade e respeito nesse novo ambiente que se apresenta.

Eles estão cientes dessa importância, preocupados com a inserção com qualidade, de todos sem exceção, tanto de uma forma tradicional quanto na forma virtual. Estão cientes e atentos tanto em relação às facilidades quanto às dificuldades. No entanto, é perceptível a questão ideológica, da globalização, do capitalismo, em que, para alguns é permitido ser um pouco cidadão, e a outros, em sua maioria, não. É a cidadania definida pelo espaço geográfico, neste estudo, o espaço geográfico virtual, uma vez que não é permitido o conhecimento a todos. Estão todos inseridos, sim; no entanto, não tão inseridos assim, como visto em uma fala, que estariam inseridos somente enquanto operadores.

Na organização, quando alguns, por iniciativa própria, avançam e se aprofundam na busca do conhecimento e se voltam para a distribuição deste, vê-se o quanto a informação é vetada, não só pelo sistema, complexo, quanto pelo autoritarismo, como visto em outro discurso, segundo o qual aparentemente fazem de propósito.

Percebe-se que há a intenção de se manter o afastamento das pessoas, neste caso, os servidores, do processo decisório, mantendo-os tão somente como operadores do sistema. Uns mais atuantes, outros, nem participantes, se isto é possível ainda. Podemos então dizer “subusuários”? “Subcidadãos”? Seria essa a intenção?

No entanto, contrariando o individualismo, a globalização perversa, nos discursos encontrados no campo, nas duas instituições, encontra-se a possibilidade de construção de um mundo novo, de antever uma inserção nesse espaço geográfico virtual com qualidade, em que usuários com conhecimento serão cidadãos plenos. Seres humanos que têm no respeito e na solidariedade a consagração de sua cidadania (SANTOS, 2002).

Assim, respondendo ao objetivo geral, os resultados demonstraram que sim, que foram encontrados servidores atentos à questão da percepção de cidadania em relação à obrigatoriedade da utilização das ferramentas do SIAPENET para acesso às informações pessoais e funcionais e suas principais implicações no ambiente organizacional.

Como possibilidade de estudos futuros, considera-se que merecem ser estudadas e investigadas mais profundamente as formas como são colocadas as tecnologias e sistemas de informação nas organizações. Essas formas atualmente compreendem a imposição do sistema sem maior participação e/ou treinamento dos servidores/usuários, sem divulgação, sem atrativos, como opção obrigatória.

Referências Bibliográficas

BRASIL. (1964) Ministério da Fazenda. Lei 4.516, de 1º de dezembro de 1964. Cria o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) vinculados ao Ministério da Fazenda. Publicado no **Diário Oficial da União** em 4 dez 1964. Revogada pela Lei nº 5.615, de 13 de outubro de 1970. Disponível em: <www.legisweb.com.br/legislacao/?id=79734>. Acesso em: 25 abr. 2013.

_____. (1965) Presidência da República. Decreto n. 55.827, de 11 de março de 1965. Dispõe sobre a organização e funcionamento do Serviço Federal de Processamento de Dados (S.E.R.P.R.O.). Publicado no **Diário Oficial da União** - Seção 1, em 15 de março de 1965. Disponível em: <www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-55827-11-marco-1965-396281-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 25 abr 2013.

_____. (2013a). Ministério do Planejamento. SIAPEnet. Apresentação. Disponível em: <<http://www.siapenet.gov.br/oque.htm>>. Acesso em: 03 maio 2013.

_____. (2013b). Ministério do Planejamento. Secretaria de Gestão Pública (Segep). Portal SIAPEnet. Apresentação. Disponível em: <www.siapenet.gov.br/Portal/Servico/Apresentacao.asp> Acesso em: 03 maio 2013.

_____. (2013c). Ministério da Fazenda. Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO. História. **Quatro décadas de sucesso.** Portal Serpro. Disponível em: <http://www4.serpro.gov.br/imprensa/publicacoes/tema-1/antigas%20temas/tema_176/materias/quatro-decadas-de-sucesso> Acesso em: 25 abr 2013.

_____. (2015d). Ministério do Planejamento. SIGEPE. Portal do Servidor. Disponível em: https://servicosdoservidor.planejamento.gov.br/web/portal-publico-sigepe/portal-do-servidor/-/asset_publisher/Oq3G9ghCPVYH/content/modulo-servidor-do-siapenet-e-desligado/maximized?redirect=https%3A%2F%2Fservicosdoservidor.planejamento.gov.br%2Fweb%2Fportal-publico-sigepe%2Fportal-do-servidor > Acesso em 01.09.2015

_____. (2015e). Ministério do Planejamento. CONTRACHEQUE. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/audios/contracheque-governo-deixara-de-enviar-comprovante-impresso-gerando-economia-de-40-milhoes-de-reais-por-ano>> Acesso em 01.09.2015

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: a era da informação; economia, sociedade e cultura.** 3 ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000. V.1.

DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social.** 7. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

GILL, Rosalind. **Análise do discurso.** In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Orgs.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. 8. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2010.

GURGEL, Claudio. **Gestão pública democrática / estado economia e cidadania.** Revista Gestão Pública. Belém: Escola de Governo do Estado do Pará, ano 1, nº 2, jun. 2008.

JULIANO, Rosane Aurore Romão. **As implicações do mundo virtual no mundo do trabalho: cidadanias impedidas?** Dissertação do Programa de Pós-graduação em Administração. Faculdade de Administração e Ciências Contábeis. Niterói, UFF, 2014.

KRAPÍVINE, V. **Que é o materialismo dialético?** Moscovo: Edições Progresso, 1986.

LÉVY, Pierre. **O que é virtual.** 2. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2011.

MARTINS, Paulo Emilio Matos. **A significação do espaço organizacional.** In: 23º Encontro anual da ANPAD. Anais... Foz de Iguaçu, 1999.

_____. **O espaço-dinâmica e seu objeto de estudo.** Artigo apresentado à mesa Memória da Gestão e Análise Organizacional, do I Colóquio Internacional sobre o Brasil Holandês, realizado pelo Instituto Ricardo Brennand. Anais... Recife, 2011.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Mito e verdade da revolução brasileira.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963.

_____. **A redução sociológica: introdução ao estudo da razão sociológica.** Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro Ltda., 1965.

_____. **A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1981.

_____. **Administração e contexto brasileiro: esboço de uma teoria geral da administração.** 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1983.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 5. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. Record, 2001.

_____. **O espaço do cidadão.** São Paulo: Studio Nobel, 2002.

SILVA, Pedro Joel Silva da; ALMEIDA, Rosa Maria Gross de. **O acesso às novas tecnologias** In: FERREIRA, A. J. et al. (Orgs.). Inclusão digital de idoso: a descoberta de um novo mundo. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

SILVEIRA, H. F. R. **Internet, governo e cidadania.** Brasília: 2001. Ci. Inf., Brasília: UnB, v. 30, n. 2, p. 80-90, maio/ago. 2001. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ci/v30n2/6214.pdf> Acesso em: 02 maio 2011.

TAKAHASHI, Tadao (Org.). **Sociedade da informação no Brasil: livro verde.** Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/434/1/Livro%20Verde.pdf>> Acesso em: 10 maio 2013.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração.** São Paulo: Editora Atlas, 2005.